

ANALISE DOS IMPOSTOS PAGOS PELO CONSUMIDOR NOS PRODUTOS DA CESTA BÁSICA

Amanda Silva Barbosa, Karina Alves Ribeiro, Clarissa Flores Candido (orientadora)

¹Escola Municipal Prof^a Elizabel Maria Gomes Salles, Campo Grande – MS

prof.clacla@gmail.com

Resumo

A forma de tributação no Brasil incidente na cesta básica é acumulada no preço final dos produtos, onerando o consumo, impactando de forma direta nos recursos das famílias de baixa renda. Este artigo busca enfatizar o peso da tributação da cesta básica da cidade de Campo Grande. Partindo deste princípio, o trabalho procurou identificar a carga tributária de cada produto que a compõe dessa forma quantificar o peso dos tributos mencionando o preço de venda e a quantidade dos produtos em média consumidos. Para chegarmos ao nosso objetivo, coletamos os preços dos produtos da cesta básica em um mercado da cidade e calculamos o imposto. Com base neste artigo, foi possível desenvolver reflexões sobre a atuação política do país em se tratando do sistema nacional de tributação direcionado aos produtos básicos de sobrevivência das famílias brasileiras. Em relação ao consumidor, buscamos despertar o interesse da população em questionar e lutar pela reforma tributária nacional para uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: imposto, cesta básica, mercado.

Introdução

Atualmente a maior parte da população Brasileira vive tempos difíceis, apesar do avanço e do desenvolvimento econômico do Brasil, é fundamental ressaltarmos a regressividade no sistema nacional de tributação. Conforme Dieese (2009) O Brasil é considerado o país com a maior carga tributária média sobre os produtos alimentícios, no qual gira em torno de 37% e no caso de produtos in natura este índice é de 23%, como arroz, feijão, entre outros. Se compararmos o padrão internacional que atua em torno de 8%, fica evidente que se faz necessário uma reforma tributária nacional caráter emergencial. Desde 1988 quando foi promulgada a reestruturação no sistema tributário Brasileiro (STB), a sociedade enfrenta a injustiça social mais banal das últimas décadas. Em média 30% da renda familiar nacional é destinado para compra de alimentos, ou seja quanto menos a sociedade ganha com seu trabalho menos alimento coloca-se a mesa, e paga-se os mesmos impostos que uma família de classe alta, com isso a sociedade tem manifestado total insatisfação com a atual situação tributária do país, no qual especialmente reivindicam a isenção da tributação sobre os itens de cesta básica. O presente artigo baseou-se em pesquisa

bibliográfica, artigos e revistas publicadas sobre o tema em questão. O artigo desenvolvido teve a finalidade de demonstrar aos contribuintes os tributos pagos nos produtos (alimentos) que compõem a cesta básica na cidade de Campo Grande, estado do Mato Grosso do Sul. A Política Tributária adequada seria um sonho de todos, porém uma reforma tributária hoje seria um acontecimento muito trabalhoso e oneroso para o governo, hoje o Código Tributário Nacional dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios é composto de 218 artigos e são exigências da constituição brasileira considerada como normas do direito tributário, é considerado um dos mais complexos do mundo, pois sua abrangência é muito grande.

Diante dos problemas supracitados, esta pesquisa tem a finalidade de identificar a carga tributária que incide sobre produtos de cesta básica na região de Campo Grande (MS) através de este trabalho evidenciar a participação em valores dos tributos que o consumidor paga para alimentação básica, o estudo terá como base na aquisição de cesta básica comum adquirida nos supermercados da região com o preço médio atualmente praticado; conhecer o valor do imposto pago pelo consumidor por cada produto e informar a comunidade escolar os resultados da pesquisa, mostrando principalmente que tudo que consumimos tem impostos e esses tributos custeiam todos os serviços públicos.

Metodologia

Imposto é todo o valor pago pelo contribuinte, tanto pessoa física como pessoa jurídica, pago em moeda nacional ao Estado. Tendo como fim o custeio referente aos gastos públicos com saúde, segurança, educação, transportes, cultura e os investimentos para obras públicas. Eles são incidentes sobre a renda (salários, lucros, ganhos de capital) e de patrimônio (terrenos, casas, carros) das pessoas físicas e jurídicas. Todo o montante arrecadado através da cobrança de impostos, não são vinculados a gastos específicos. O destino dos valores é de responsabilidade do Governo, junto com a aprovação do Legislativo e em seguida através de orçamentos.

Para chegarmos ao nosso objetivo, buscamos alguns referenciais teóricos e fizemos uma pesquisa de campo. Coletamos os preços dos produtos da cesta básica em um mercado da cidade e calculamos o imposto que é dado como porcentagem em uma tabela de impostos. Analisamos os

resultados obtidos e comparamos com o valor do salário mínimo. Pretendemos expor esses resultados a comunidade de nossa escola.

Resultados e Discussão

Os dados obtidos mostram que pagamos um valor muito alto em impostos, como mostra a tabela.

PRODUTO	PREÇO/ UNID	QT	TOT	IMP	TOT IMP
Carne	24,00	4	96,00	17%	16,32
Leite	3,99	24	95,76	19%	18,00
Feijão	3,9	2	6,98	17%	1,18
Arroz	10,65	2	21,30	17%	3,62
Farinha	2,29	1	2,29	17%	0,38
Batata	1,18	3	3,54	11%	0,36
Tomate	1,35	3	4,05	17%	0,60
Pão	3,84	10	38,40	17%	6,50
Cafê	7,48	3	22,44	20%	4,47
Açúcar	3,04	1	3,04	32%	0,97
Oleo	2,99	2	5,98	26%	1,54
Margarina	2,99	2	5,98	36%	2,14
Creme dental	2,49	2	4,98	35%	1,74
Escova dental	2,89	1	2,89	34%	0,98
Papel higiênico	4,19	3	12,57	40%	5,01
Sabonete	1,09	12	12,48	37%	4,80
Água sanitária	2,89	2	5,78	26%	1,50
Detergente	1,89	4	7,56	30%	2,24
Sabão em pó	6,74	2	13,48	41%	5,52
TOTAL	89,47		365,50		77,87

Fonte: as próprias autoras, 2018.

O valor total pago em uma cesta básica fica em torno de R\$ 365,50 reais e o valor pago em impostos fica em torno de R\$ 77,87 reais, o que resulta uma média de 25% do valor gasto nas compras. Notamos que os produtos que passam por processos de industrialização, as taxas de impostos são mais elevadas, isso se deve porque é um imposto de caráter duplice, isto é, ele é de cunho arrecadatório e também revestido de conotação extrafiscal, à vista disso, tem função reguladora e função protecionista. Podemos dizer que tem função reguladora porque onera os produtos de acordo com sua utilidade, assim, tende aplicar alíquotas menores, ou até mesma nula, àqueles produtos considerados essenciais e alíquotas maiores aos considerados supérfluos ou perigosos (ex. cigarro). E tem função protecionista, porque aumenta ou reduz alíquotas visando incentivar ou desestimular a produção de alguns produtos para incitar o desenvolvimento de determinada atividade ou região.

Vimos até o momento os valores e percentuais médios que as famílias brasileiras pagam para os entes tributários somente nos itens de mais essenciais para alimentar – se, O foco desta pesquisa é demonstrar a alta carga tributária, que a população brasileira principalmente as de menor renda paga, muitas vezes sem o retorno necessário.

Considerações Finais

A finalidade desse artigo foi evidenciar o ônus financeiro que a população leva em relação a elevada carga de tributária sobre os produtos que compõe a cesta básica, demonstrando que em média de cada R\$ 1.000,00 gastos com alimentação paga-se o valor de R\$ 250,00 em tributos. Esse artigo vem confirmar a ideia de que o Estado deve analisar de forma geral a estrutura da carga tributária e sua incidência sobre os produtos que compõe a cesta básica, para torná-la mais acessível e justa para a população. Essa medida deve ser analisada não apenas pelo Estado, mas sim pelas três esferas governamentais, a fim de diminuir o preço final do produto, sem ônus ao consumidor, e prejuízos para as indústrias. Com base neste artigo, foi possível desenvolver reflexões sobre a atuação política do país em se tratando do sistema nacional de tributação direcionado aos produtos básicos de sobrevivência das famílias brasileiras, Em relação ao consumidor, buscamos enfatizar a importância do conhecimento sobre os encargos nos quais lês são onerados como consumidores de cesta básica, dessa forma buscamos despertar o interesse da população em questionar e lutar pela reforma tributária nacional para uma sociedade mais justa.

Agradecimentos

A Deus por minha vida, família e amigos. A escola pelo ambiente criativo e amigável que proporciona. A professora Clarissa pela orientação, apoio e confiança.

Referências

- MENEGHETTI NETO, Alfredo. *Os efeitos do ICMS na cesta Básica*. Indicadores FEE, Porto Alegre: FEE, v. 20, p. 181-205, 1992.
- DIESE, *desoneração da carga tributária sobre os produtos alimentícios*. Disponível em: <http://www.contg.org.br/imagens/f1311apresentação.desoneraçãosobreosprodutosalimentícios> >. Acesso em: 15/03/2018.
- Disponível em: *Código Tributário Nacional*. Anne Joyce Angher, organização. 11. ed., São Paulo: Editora Rideel, 2005.